

O PROFESSOR E AS PROPOSTAS EDUCACIONAIS DO RATIO STUDIORUM: ALGUMAS REFLEXÕES INICIAIS SOBRE A PRÁTICA DOCENTE



EL MAESTRO Y LAS PROPUESTAS EDUCATIVAS DE LA RATIO STUDIORUM: ALGUNAS REFLEXIONES INICIALES SOBRE LA PRÁCTICA DE LA ENSEÑANZA

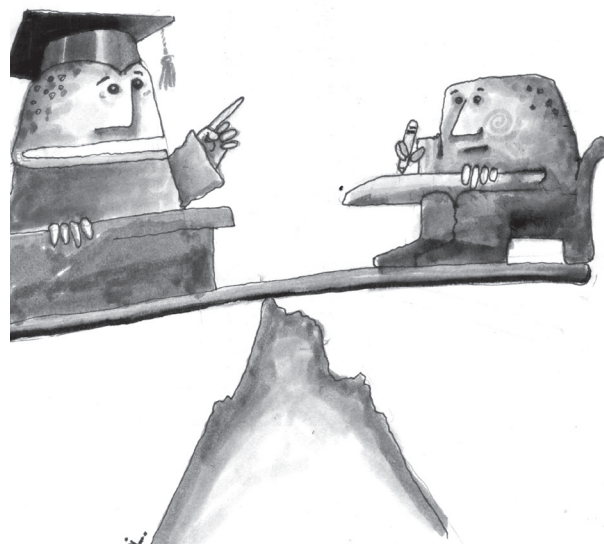
THE PROFESSOR AND THE EDUCATIONAL PROPOSALS OF THE RATIO STUDIORUM: SOME INITIAL REFLECTIONS ON THE PROFESSOR PERFORM

ALEXANDRE SHIGUNOV NETO
shigunov@gmail.com

LIZETE SHIZUE BOMURA MACIEL
newliz@uol.com.br

EDIS MAFRA LAPOLLI

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC/SP). Brasil.



Fecha de recepción: 21/01/2012
Fecha de corrección: 22/03/2012
Fecha de aceptación: 10/09/2012

Resumo

O presente artigo pretende realizar algumas reflexões iniciais sobre o professor e a importância de sua prática pedagógica no método pedagógico da Companhia de Jesus denominado Ratio Studiorum. A hipótese de trabalho é de que o projeto pedagógico jesuítico está situado dentro de um período histórico, cujas propostas estavam em consonância com o Movimento de Contra-Reforma ou da Renascença presente na Europa. Além disso, uma das preocupações fundamentais do Ratio Studiorum relaciona-se à formação e a prática pedagógica dos professores. Para a Companhia de Jesus o papel do professor era de extrema importância para atingir os objetivos propostos, pois seria por intermédio deles que transformariam o gentio no homem idealizado, no homem civilizado. Portanto, preocupava-se muito em inculcar em seus religiosos o ideal de que o magistério deveria ser uma vocação.

Palavras-chave: educação, Ratio Studiorum, professores.

Resumen

Este artículo pretende realizar algunas reflexiones iniciales en el maestro y la importancia de su práctica pedagógica en la enseñanza del método de la sociedad de Jesús llamado la Ratio Studiorum. La hipótesis de trabajo es que el proyecto educativo jesuita se encuentra dentro de un período histórico, cuyas propuestas fueron en consonancia con el movimiento de la Contrarreforma o del Renacimiento en Europa. Además, una de las preocupaciones fundamentales de la Ratio Studiorum se refiere a la formación y la enseñanza práctica de los docentes. A la sociedad del papel de Jesús el maestro fue de suma importancia para lograr los objetivos propuestos, sería a través de ellos que transformaría el hombre idealizado en el hombre civilizado, suave. Así, se preocupó mucho en inculcar en su ideal religioso que la enseñanza debe ser una vocación.

Palabras clave: educación, Ratio Studiorum, docentes.

Abstract

The present article intends to reach some initial reflections on the professor and the importance of pedagogical development through the teaching method that the Company of Jesus called Ratio Studiorum. The hypothesis of this work is that the Jesuits pedagogical project is situated inside of a historical period, whose proposals were in accord with the Movement of the Against-Reformation or the present Renaissance in the Europe. Moreover, one of the basic concerns of the Ratio Studiorum is related to the pedagogical formation of the professors. For the Company of Jesus, the role of the professor had extreme importance to reach the objectives proposed; therefore, it would be by them that they would transform the heathen one into the idealized man, in the civilized man. Thus, it was concerned about infusing in its religious ideal that the teaching process should have to be a vocation.

Keywords: education, Ratio Studiorum, professors

CONSIDERAÇÕES INICIAIS



esta análise, parte-se do pressuposto que o projeto pedagógico jesuítico está situado dentro de um período histórico, cujas propostas estavam em consonância com o Movimento de Contra-Reforma ou da Renascença presente na Europa. Raymundo (1998), em pesquisa desenvolvida considera que os jesuítas já se mostravam como vanguarda em sua prática pedagógica, afirmando que “a prática dos jesuítas correspondia às necessidades existentes no contexto colonial brasileiro, já preso à modernidade, afastando-se, dessa forma, das práticas medievais”. Esta afirmação está amparada nas propostas educacionais de Francisco Rabelais (1483-1553), Juan Amós Comenius (1592-1670) e John Locke (1632-1704), considerados pensadores modernos, na medida em que esses pensadores defendem as práticas educacionais necessárias à formação de um novo homem, necessárias à uma nova sociedade, ou seja, à sociedade capitalista.

Considerando que a proposta educacional de um determinado momento histórico está vinculada à sua realidade social, isto é, reflexo das relações sociais predominantes naquele momento, pode-se supor que a proposta educacional jesuítica estava em consonância com o que de mais novo (moderno) estava ocorrendo na vida dos homens da sociedade dos séculos XVI e XVII.

Esse momento histórico, denominado de moderno, caracteriza-se pelo processo de transformação da sociedade medieval e a tentativa de estabelecimento de uma nova ordem social, um novo modelo de sociedade. Essa nova sociedade exige uma nova forma de ser da sociedade e um novo homem. Verifica-se a passagem da ênfase na religião, no dogma, em Deus, no divino, para uma ênfase na razão, no homem, na ciência. O homem passa a dominar e a intervir na natureza.

É nesse contexto que os jesuítas se propõem a educar o homem indígena, valorizando o poder da educação em transformar o selvagem em um homem civilizado e produtivo, de acordo com os novos padrões da sociedade.

Entre os pesquisadores que discutem a temática da educação brasileira no período colonial e o ensino jesuítico, destacam-se: Leonel Franca (1952), Mattos (1958), Teixeira Soares (1961), Leite (1965), Azevedo (1976), Vasconcelos (1977), Cardim (1978), Serrão (1980 e 1982), Holanda (1989), Neves (1993), Romanelli (1993), Raymundo (1998), Ribeiro (1998) e Almeida (2000).

O presente artigo pretende realizar algumas reflexões iniciais sobre o professor e a importância de sua prática pedagógica no método pedagógico da Companhia de Jesus denominado *Ratio Studiorum*. A hipótese de trabalho é de que o projeto pedagógico jesuítico estava situado dentro de um período histórico, cujas propostas estavam em consonância com o Movimento de Contra-Reforma ou da Renascença presente na Europa. Além disso, uma das preocupações fundamentais do *Ratio Studiorum* relaciona-se à formação pedagógica dos professores. Para a Companhia de Jesus o papel do professor era de extrema importância para atingir os objetivos propostos, pois seria por intermédio deles que transformariam o gentio no homem idealizado, no homem civilizado. Portanto, preocupava-se muito em inculcar em seus religiosos o ideal de que o magistério deveria ser uma vocação.

1. A COMPANHIA DE JESUS E SEU PROJETO EDUCACIONAL

A Companhia de Jesus, fundada em pleno desenrolar do movimento de reação da Igreja católica contra a reforma protestante, pode ser considerada uma de suas principais armas nessa luta. Seu objetivo era tentar sustar o grande avanço protestante da época, e para isso utilizou-se de duas estratégias: a educação dos homens e dos índios; desenvolvimento de ações missionárias, procurando converter à fé católica os povos pagãos das regiões que estavam sendo colonizadas.

A Companhia de Jesus foi uma ordem religiosa formada por padres, conhecidos por jesuítas, fundada por Inácio de Loyola em 1534, mas somente oficializada, em 1540, pelo Papa Paulo III. Os jesuítas constituíram-se em uma poderosa e eficiente congregação religiosa. Esta eficiência, em parte, ocorreu em função de seus princípios fundamentais que visavam: a busca da perfeição humana através da palavra de Deus e a vontade dos homens; a obediência absoluta e sem limites aos superiores; a disciplina severa e rígida; a hierarquia baseada na estrutura militar; a valorização da aptidão pessoal de seus membros. Teve uma grande expansão nas primeiras décadas de sua

formação, constatada pelo crescimento de seus membros. Em 1856 contava com mil membros e, em 1606, esse número cresceu para treze mil.

Pode-se supor que o Projeto Educacional dos Jesuítas, apesar de estar subordinado ao Projeto Português para o Brasil tinha determinada autonomia, e teve papel fundamental na medida em que contribuiu para que o Governo português atingisse seus objetivos no processo de colonização brasileiro, bem como se constituiu no alicerce da estrutura educacional da colônia brasileira.

Isto posto, pode-se afirmar que o projeto educacional jesuítico não tinha apenas um caráter de catequização e conversão dos índios ao catolicismo, mas um alcance bem mais amplo e intrépido. Ou seja, era um projeto de transformação social, pois objetivava implementar alterações profundas na cultura indígena. Para Teixeira Soares (1961,142), a Companhia de Jesus surgiu como uma explosão de pensamento religiosos transvertido ao campo das atividades práticas. Refazer o homem, infundir-lhe espírito novo, arquetipá-lo em finalidade sociais e religiosas, foi a ação da Ordem.

A meta real do processo educativo, através da catequese, será ensinar os índios a respeitar o homem branco, as autoridades constituídas e a valorizar o trabalho, as trocas, os bons costumes, etc.... Comportamentos próprios, portanto, dessa sociedade mais complexa que produz bens, que organiza a troca. Assim, quando as aldeias e as missões já estivessem organizadas, o tratamento será: **quem não trabalha não come!** (Neves, 1993, p.102).

A atuação dos jesuítas na colônia brasileira pode ser compreendida em duas fases distintas. A primeira fase, correspondente ao primeiro século de atuação dos padres jesuítas, foi a fase de adaptação e construção de seu trabalho de catequese e conversão do índio aos costumes dos brancos. Já a segunda fase, que corresponde ao segundo século de atuação dos jesuítas, foi um período de grande desenvolvimento e extensão do sistema educacional implantado no primeiro período, ou seja, foi a fase de consolidação de seu projeto educacional.

O trabalho de catequização e conversão do gentio ao cristianismo, motivo formal da vinda dos jesuítas para a colônia brasileira, destinava-se a transformação do indígena em “homem civilizado”, segundo os padrões culturais e sociais dos países europeus do século XVI, e a subsequente formação de uma “nova sociedade”. Essa preocupação com a transformação do indígena em homem civilizado, se justifica pela necessidade em incorporar o índio ao mundo burguês e a “nova relação social” e “novo modo de produção”. Desse modo, havia uma preocupação em inculcar no índio o hábito do trabalho, pelo produtivo, em detrimento ao ócio e o improdutivo.

A exemplo de outros europeus (conquistadores e colonizadores), os padres jesuítas, num primeiro momento, tinham uma imagem do índio que o caracterizou como o “bom gentio”, bem como o seu modo de viver e seus costumes eram motivo de admiração, visto serem considerados exóticos.

(...) todos andam nus assim homens como mulheres, e não têm genero nenhum de vestido e por nenhum caso vericundant, antes parece que estão no estado de innocencia nesta parte, pela grande honestidade e modestia que entre si guardão (Cardim, 1978, p.105).

Já num segundo momento, os indígenas passam a serem encarados pelos padres jesuítas como um empecilho para a consecução de seus objetivos. Pois, ao não se adaptarem às exigências do trabalho árduo, rotineiro e contínuo, destinado a acumulação e não mais apenas à sobrevivência, tornam-se insubordinados, abandonando, dessa maneira, as missões e retornando para suas aldeias.

O modelo ideal de homem, o homem puro, cristão e livre dos pecados do mundo burguês, que buscavam os padres jesuítas poderia ser este homem inocente, encontrado em terras brasileiras. Assim, eram descritos os habitantes da “nova terra”

Juntamente com suas atividades de catequização os jesuítas tentaram desenvolver no indígena a preocupação burguesa com o trabalho, com o produtivo.

Com uma educação eminentemente prática de extrema importância e originalidade, consideramos o trabalho dos jesuítas. A contribuição desses padres não é apenas de caráter evangelizador no sentido bíblico. Em nosso entendimento, o jesuíta participou ativamente da promoção e expansão da força capitalista que já começou a se delinear nos processos de colonização. A evangelização teria trazido a implantação gradativa de uma sociedade regulada pela necessidade das trocas. Neste sentido, reafirmamos que a compreensão e a clareza do processo educativo destinado ao “gentio” só pôde ser obtida na compreensão do processo colonizador, que tinha por objetivo último assegurar uma nova forma de organização do trabalho (Neves, 1993, p.176-177).

Ao desembarcar no Brasil o padre Manuel da Nóbrega, faz a nomeação de seus ajudantes para algumas funções essenciais. Desse modo, com a nomeação e atribuição de funções aos demais padres jesuítas é redigido o primeiro *status ou catálogo da missão brasileira*. A utilização de um método de ensino para conversão do índio ao catolicismo deve-se ao fato de que, como iriam os padres jesuítas pregar a fé católica se não conseguiam se comunicar os indígenas.

Assim, além de sua importância para o desenvolvimento dos processos educacionais na colônia os padres jesuítas também contribuíram para o desenvolvimento da primitiva atividade produtiva e o surgimento de ofícios e profissões.

Uma das estratégias adotadas por Manuel da Nóbrega na conversão dos gentios foi a construção de aldeias de catequização, que se situavam próximas das vilas e cidades portuguesas. Essas aldeias eram habitadas pelos padres jesuítas e pelos índios a serem convertidos e se destinavam a atingir três objetivos: doutrinário – que visava ensinar a religião e a prática cristã aos índios; econômico – visava a instituir o hábito do trabalho como princípio fundamental na formação da sociedade brasileira; e político – visava a utilizar os índios convertidos contra os ataques dos índios selvagens e, também, dos inimigos externos.

Nas missões jesuítas eram desenvolvidas, além das atividades religiosas de evangelização, atividades produtivas, tais como: o plantio de uma agricultura de subsistência, as atividades agropecuárias, as atividades manufatureiras - aqui entendidas como a atividade de transformação da matéria-prima em produtos de consumo, entre elas, destacavam-se, a transformação da mandioca em farinha, o algodão em pano, a cana-de-açúcar em açúcar e aguardente, o gado em produto alimentar e o curtume, entre outras.

Sob o comando do padre Manuel da Nóbrega foram fundadas cinco escolas de instrução elementar (em Porto Seguro, Ilhéus, Espírito Santo, São Vicente e São Paulo de Piratininga) e três colégios (no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia). A fundação da aldeia de Piratininga representa um fato importante das atividades jesuítas na colônia, pois sua localização privilegiada o capacita para tornar-se muito mais que um núcleo de catequese, um centro irradiador de povoamento.

Desde a chegada da Companhia de Jesus em 1549 até sua expulsão em 1759 foi a responsável pelo ensino formal dos habitantes do Brasil, inclusive, dos jovens que se preparavam para ingressar em cursos superiores na Universidade de Coimbra.

Educadores, por vocação, mestres notáveis a todos os respeito, eles puderam exercer na colônia, favorecidos por circunstâncias excepcionais, um verdadeiro monopólio do ensino, a que não faltava, para caracterizá-lo, o apoio oficial que lhes deu o governo da Metrópole, amparando-os, na sua missão civilizadora e pacífica, com largas doações de terras e aplicações de rendimentos reais dotação de seus colégios (Azevedo, 1976, p.36-37).

A Companhia de Jesus não foi a única ordem religiosa que exerceu suas atividades na colônia brasileira,

entretanto, foi a que mais destaque teve, até mesmo por ser a primeira a desembarcar aqui. Os membros das demais ordens, como os franciscanos, os carmelitas e os beneditinos, somente se instalaram e iniciaram seu trabalho por volta de 1580, e diferentemente dos jesuítas, não tinham na função educadora sua principal atividade.

Para Vasconcelos (1977) e Serrão (1980), a história da Companhia de Jesus está circunstanciada de ambigüidades, uma vez que

nenhuma instituição humana há sido julgada com mais parcialidade do que a dos jesuítas: para uns foram eles a idealização do poder católico, o tipo mais perfeito do ministro do Evangelho, numa palavra verdadeiros apóstolos, como em sua aparição, os denominou o povo; para outros simboliza o instituto de Loyola a falsificação da fé, o relaxamento das máximas da moral cristã, a corrupção da disciplina eclesiástica, quando exigiam-no os interesses de sua egoísta política (Vasconcelos, p.40).

Apesar dessas ambigüidades é incontestável a importância do trabalho dos jesuítas para a vida da colônia brasileira e, principalmente, para a educação brasileira. Esta importância é assim considerada

[a] vinda dos padres jesuítas, em 1549, não só marca o início da história da educação no Brasil, mas inaugura a primeira fase, a mais longa dessa história, e, certamente a mais importante pelo vulto da obra realizada e sobretudo pelas conseqüências que dela resultaram para nossa cultura e civilização (Azevedo, 1976, p. 9).

Além de Azevedo (1976), outros estudiosos da área também convergem para essa importância: Leite (1940), Almeida (2000), Holanda (1989). Ribeiro (1998, p.28), destaca a importância social dos jesuítas para a sociedade colonial, pois,

[eles] se transformaram na única força capaz de influir no domínio do senhor do engenho. Isto foi conseguido não só através dos colégios, como dos confessionário, do teatro e, particularmente, pelo terceiro filho, que deveria seguir a vida religiosa.

Leite (1965, p.213) comunga deste mesmo reconhecimento ao apontar que “mais vasta que a artística – e em muitos aspectos mais valiosa – é a herança cultural, científica e literária dos jesuítas do Brasil, a começar pelo que se refere aos Índios”.

Para Azevedo (1976), a Companhia de Jesus tinha como princípio formar um exército de soldados da igreja

católica, capaz de combater a heresia e converter os pagãos, apresentando desse modo características de uma milícia. Para atingir seus objetivos, os jesuítas, soldados de Cristo, deveriam passar por uma reciclagem intelectual e científica para combater os vícios, os pecados e purificá-los contra o mal. Seu papel na sociedade portuguesa da época foi fundamental, pois lhe cabia propiciar as condições necessárias para educar os grupos sociais menos favorecidos da população. Sua obra tornava-se, portanto, uma atividade de caridade. O ensino jesuítico, no início de suas atividades, não era um ensino para todos, mas para uma parcela da população, pois destinava-se, exclusivamente, a ensinar os ignorantes selvagens a ler e escrever.

2. A PROPOSTA EDUCACIONAL DO RATIO STUDIORUM

Em 1551, o padre Jerônimo Nadal formulou a primeira versão do método educacional dos jesuítas, o *Studio Societatis*, que passou por reformulações, iniciadas pelo próprio Jerônimo Nadal, retomadas, posteriormente, por Ledesma, culminando com a publicação da obra *Ordo Studiorum*, em 1575, ainda de forma incompletas, devido à morte de seu mentor intelectual.

Diante dessas circunstâncias, coube ao Padre Cláudio Aquaviva a tarefa de elaborar o definitivo método pedagógico da Companhia de Jesus, tendo como base a proposta de Ledesma. A primeira versão do método foi apresentada em 1585 e aprovada em 1586. O projeto foi revisto em 1591 e apresentava 837 regras dentro das 400 páginas. Somente em 1599 foi apresentada a versão definitiva do método, bastante enxuta, contendo 467 regras em 208 páginas.

O *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Jesu*, mais conhecido pela denominação de *Ratio Studiorum* foi um método formal de ensino, instituído para direcionar todas as ações educacionais dos padres jesuítas em suas atividades educacionais, tanto, na colônia, como na metrópole, ou seja, em qualquer localidade onde os jesuítas desempenhassem suas atividades.

O *Ratio Studiorum* pode ser considerado um código de leis que orientava as atividades pedagógicas dos jesuítas e representava a experiência de meio século de atividades da Companhia de Jesus. Perdurou, como princípio norteador das atividades pedagógicas e de catequização da Companhia de Jesus, por quase dois séculos, até a extinção da ordem em 1773.

A Companhia de Jesus era administrativamente dividida em Províncias, sendo cada Província constituída por cinco categorias de membros: o Provincial – autoridade máxima de cada província; o Reitor – figura central do colégio dos jesuítas; o Prefeito de Estudos –

diretamente subordinado ao Reitor e responsável por auxiliar na orientação pedagógica; e, por último, na hierarquia jesuítica encontravam-se os professores. Para cada membro da Companhia de Jesus, o *Ratio Studiorum* destinava um manual de regras, que deveriam ser rigorosamente cumpridas. Nesses regulamentos constavam, entre outros, as normas que visavam a avaliar os professores no desempenho de suas funções.

Leonel Franca (1952, p. 43) avalia que o *Ratio Studiorum*,

em vez de um tratado bem sistematizado de pedagogia, que talvez esperava, depara com uma coleção de regras positivas e uma série de prescrições práticas e minuciosas.

De fato, o *Ratio* não é um tratado de pedagogia, não expõe sistemas nem discute princípios. A edição de 1586 enveredava por este rumo; foi criticada e substituída pela de 1599.

A versão final do *Ratio Studiorum* visava à formação do homem cristão, de acordo com a fé e a cultura cristã. Enquanto método de ensino estabelecia o currículo, a orientação e a administração do sistema educacional a ser seguido pelos padres jesuítas. O currículo era apresentado em duas partes distintas, estudos inferiores e estudos superiores, também denominados de classes.

O *Ratio Studiorum* estava fundamentado nas Regras do Colégio Romano e tinha como orientação filosófica Aristóteles e São Tomás de Aquino e foi fortemente influenciado pelo Movimento da Renascença. Seus fundamentos básicos estavam direcionados para o ensino religioso e a catequese. O método era centralizador, presente, portanto, o papel da autoridade, fortemente influenciado pela cultura européia. A sua orientação era universalista, voltada para a formação humanista e literária. Direcionado para os seus objetivos, utilizaram-se da língua indígena, da música e do teatro para catequização. Os jesuítas demonstraram em seu trabalho profundo conhecimento da alma humana e de psicologia, buscando de suas perspectivas a adaptação do currículo proposto.

As classes inferiores eram constituídas de aulas de retórica, humanidades e gramática com duração de seis anos. Essas aulas destinavam-se à formação literária e humanista e, por esta razão, o ensino ministrado era fundamentalmente literário e clássico. As aulas de humanidades foram as mais propagadas e difundidas na colônia brasileira, podendo ser até consideradas como alicerce da estrutura educacional jesuítica.

As classes superiores eram integradas pelos cursos de filosofia e ciências, também denominado de curso de

artes. Tinham a duração de três anos e eram direcionadas para a formação do filósofo, pois as disciplinas que compunham os estudos eram a lógica, a metafísica, a matemática, a ética e as ciências físicas e naturais.

Esta forma de composição curricular atendia às necessidades sociais e as intenções da Igreja. Nesse sentido, Neves (1993, p. 175) aponta que

A educação pretendendo, a princípio, aniquilar a forma social primitiva, através da destruição de seus hábitos e “modus” de vida, instituindo outros hábitos que deveriam corresponder à forma preconizada pela sociedade em transição, não exigia uma escola organizada ou estruturada tal como a sociedade contemporânea vai conhecer mais tarde. Parâmetros modernos, utilizados para análise da educação após a Revolução Francesa, não podem servir de balizadores para críticas ao ensino jesuítico do século XVI e XVII.

Cabe ressaltar que os jesuítas, durante o desenvolvimento de suas atividades nos primeiros cinquenta anos de sua chegada ao Brasil, não possuíam como método de ensino o *Ratio Studiorum*, pois este apenas foi aprovado em 1599. Para o desempenho de suas atividades de ensino contavam com a larga experiência no processo de catequização. Na realidade, o *Ratio Studiorum* veio para formalizar as práticas que já eram utilizadas pelos padres jesuítas.

O *Ratio Studiorum* apresentava ainda em sua proposta, outros três cursos: um secundário e dois superiores. A proposta curricular do curso secundário, de humanidades, era constituída por cinco classes, caracterizadas por estágios de progressos, dentro do seguinte ordenamento: primeira classe – retórica; segunda classe – humanidades; terceira classe – gramática superior; quarta classe – gramática média; e, a quinta classe – gramática inferior. Para que o aluno tivesse acesso ao nível imediatamente superior ao que se encontrava teria que demonstrar através de avaliações que havia adquirido os conhecimentos transmitidos. O curso secundário proposto para cinco anos, podia ser prorrogado por mais um ano. Destinava-se, conforme pode ser observado em sua constituição, à formação literária e humanista.

O curso superior em Filosofia, com duração de três anos, continha em sua grade curricular as seguintes disciplinas: lógica, ciências, cosmologia, psicologia, física, matemática, metafísica e filosofia moral. Já o curso superior em Teologia, com duração de quatro anos, continha em seu currículo as seguintes disciplinas: teologia escolástica, teologia moral, sagrada escritura, hebreu, direito canônico e história eclesiástica.

Portanto, pode-se deduzir que o plano de estudos, o *Ratio Studiorum*, utilizado no Brasil colônia pelos jesuítas, inicialmente pelo padre Manuel da Nóbrega, foi adaptado para atender as necessidades, especificidades e diversidades encontradas. Também, pode-se supor que na colônia brasileira os planos de estudos foram dirigidos para: os indígenas, sendo que os objetivos dos planos de estudos destinavam-se a catequização e conversão do gentio à fé católica e aos costumes europeus; os mestiços, negros e à população menos abastada; a elite colonial, representada pelos descendentes dos colonizadores e seus familiares direcionados à instrução e, em alguns casos, à preparação para o ingresso na universidade de Coimbra.

A eficácia¹ e a eficiência do ensino jesuítico somente pôde ser concretizada após um longo e lento processo de adaptação às realidades sociais da colônia e de seus habitantes. Segundo Leite (1965, p. 54), “essa eficácia assentou-se sobretudo em elementos de ordem moral (persuasão, emulação, repreensão), mas sobretudo sem excluir os de ordem física”.

Como método didático, o *Ratio Studiorum* apresentava a preleção, o erudito, o método ativo e o exercício de memorização. Já como forma de estimular os alunos aos estudos era utilizado a punição, a emulação, os prêmios, o desafio ou concertatio e as riventadas. Portanto, seu método de ensino era caracterizado por uma pedagogia ativa, com a participação dos alunos na execução das atividades desenvolvidas pelos professores.

A aprovação dos alunos para a etapa seguinte de estudos, consistia de três etapas. Primeiramente eram realizadas as provas escritas, seguida das provas orais e do exame final de conclusão. As provas escritas eram obrigatórias para todos os alunos matriculados, sendo permitida a consulta de livros e cadernos e objetivava ser condizente ao nível de estudo. Nas provas orais também era permitida a consulta a livros e cadernos, ocorrendo na presença de todos os alunos da classe.

Para admissão de novos alunos aos colégios jesuítas, os Prefeitos dos Estudos aplicavam os exames de admissão, procedendo da seguinte maneira:

(...) pergunte que estudos fizeram e até que ponto; passe em seguida, para cada um separadamente, um trabalho escrito sobre um assunto dado. Interroge algumas, regras das classes que estudaram; proponha algumas frases ou para se verterem em latim, ou, se for mister, para se traduzirem de algum autor clássico (Leonel Franca, 1952, p. 169).

Como exigência para ingresso nos colégios o *Ratio Studiorum* previa, ainda, que somente seriam aprovados no exame de admissão: “(...) os que verificar que estão

bem instruídos e são de bons costumes e boa índole, admita; dê-lhes a conhecer as regras dos nosso estudantes para que saibam como se deverão comportar”. (Leonel Franca, 1952, p. 169)

Para a avaliação do rendimento escolar, os professores deveriam utilizar-se de ditados; repetições das lições; disputas entre alunos; exercícios de memorização e trabalhos escritos. Embora, de uma maneira geral, estes fossem os métodos de avaliação do rendimento escolar mais utilizados, os professores de cada grau escolar adotavam seus próprios métodos, não existindo dessa forma uma rigidez quanto ao sistema de avaliação utilizada. Por exemplo, os professores das Faculdades Superiores utilizavam-se do ditado, das repetições de lições em sala de aula após o término das aulas, as repetições de lições em casa, as repetições gerais, as disputas semanais entre os alunos e as disputas mensais entre os alunos. Os professores da Sagrada Escritura utilizavam-se das repetições das lições feitas em casa uma vez por semana e de vez em quando a aplicação de lições públicas e lições ordinárias. Os Professores das Classes Inferiores utilizavam do exercício de memorização, dos trabalhos escritos, dos exercícios em sala de aula, a repetição, a sabatina, a preleção, os exercícios extraordinários, a declaração na aula e a preparação do exame. Já os Professores de Humanidades utilizavam-se dos exercícios durante a correção, a conferência do exercício escrito e os desafios.

As principais críticas efetuadas pelos adversários políticos dos jesuítas no Reino ao método pedagógico, referem-se,

(...) a educação da mocidade reinol e colonial, monopolizada pelos padres, orientava-se, sem dúvida, para a uniformidade intelectual; os quadros do seu ensino, dogmático e abstrato, não apresentavam plasticidade para se ajustarem às necessidades novas: os métodos, autoritários e conservadores até a rotina; e, além de não incluir o ensino das ciências, esse plano de estudos, excessivamente literários e retóricos não abria lugar para as línguas modernas, conservando nas elites uma tal ignorância sobre essas línguas que de maravilha se encontraria, na colônia, um brasileiro que soubesse francês (Azevedo, 1976, 48).

A Companhia de Jesus teve suas atividades interrompidas na colônia partir de 1759, com o decreto Lei de 03 de setembro de 1759 assinado pelo Rei D. José I José I. De autoria do ministro de Estado, Marquês de Pombal, o decreto expulsava de Portugal e da colônia brasileira a Companhia de Jesus, confiscando para a Coroa Portuguesa todos os bens dos ordem dos jesuítas.

As causas da expulsão dos jesuítas do Brasil, podem ser categorizadas: políticas e ideológicas – a Companhia

de Jesus tornara-se um empecilho aos interesses do Estado Moderno, além do que, era detentora de grande poder econômico, cobiçado pela Coroa Portuguesa; e educacional – as transformações sociais advindas do movimento Iluminista e dos princípios liberais requeriam a formação de um novo homem, o homem burguês, o comerciante e não mais o homem cristão.

No Brasil duas foram principalmente as questões que acirraram a disputa entre Pombal e os jesuítas: a primeira nasceu da resistência ao plano de libertação dos índios e secularização das missões eclesásticas; a segunda, dos sucessos relacionados com o cumprimento do tratado de limites concertado entre Portugal e Espanha no reinado de D. João V (Holanda, 1989, 78).

A análise da expulsão da Companhia de Jesus deve ser compreendida enquanto um processo mais amplo, e que envolver questões de cunho político, ideológico e econômico. E, portanto, que não foi específico de Portugal, pois foi observado em outros países da Europa, como por exemplo, na Espanha.

(...) deve ser considerada a hipóteses de que, para além de todas as motivações de natureza ideológica de fundo mais ou menos iluminístico, o fenômeno da expulsão dos jesuítas da Península Ibérica se liga fundamentalmente a uma dada conjuntura imperial quer de Portugal quer de Espanha. É que no Brasil as minas de ouro tendiam para a exaustão, o que tornava necessário rever e recondicionar uma nova política geral para com a grande colônia sul-americana, sem a qual Portugal não fazia sentido no mundo de então. Ora, o tradicional papel dos jesuítas no Brasil – a sua força ideológica e até econômica – impediam ou dificultava esse recondicionamento da política sul-brasileira (Serrão, 1984, 356).

Esse processo, denominado de antijesuitismo representava uma atitude presente em muitos países europeus, não sendo exclusividade de Portugal. Nesse sentido, os jesuítas representavam um obstáculo e fonte de resistência às tentativas de implantação da nova filosofia iluminista que difundia-se rapidamente por toda a Europa.

Contudo, é preciso atentar-se para uma peculiaridade a ser destacada nesse processo de expulsão dos jesuítas e de formulação das reformas de Pombal, que tem início nesse momento histórico e que acompanhará a educação brasileira ao longo dos anos: as reformas educacionais brasileiras apresentam como característica marcante a total destruição e substituição das antigas propostas e pelas novas.

3. A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR PARA O SUCESSO DO PROJETO EDUCACIONAL JESUÍTICO

O *Ratio Studiorum* dedicava considerável atenção às questões com a formação e atuação pedagógica do professor, razão pela qual encontram-se regras específicas para avaliação do trabalho docente.

Uma das preocupações fundamentais do *Ratio Studiorum* relacionava-se à formação pedagógica dos professores. Para a Companhia de Jesus o papel do professor era de extrema importância para atingir os objetivos propostos, pois seria por intermédio deles que transformariam o gentio no homem idealizado, no homem civilizado. Portanto, preocupava-se muito em inculcar em seus religiosos o ideal de que o magistério deveria ser uma vocação.

Ainda outra causa do êxito educativo da Ordem foi a perfeição do ensino em suas escolas, - resultado do preparo cuidadoso dos seus professores. O ensino era feito na maior parte por aqueles que tinham atravessado o curso rígido do colégio inferior e geralmente do colégio superior, enquanto que os professores permanentes que dirigiam os trabalhos dos alunos-mestres eram preparados por um longo curso universitário e normal. Aqueles que melhor se adaptavam ao ensino eram escolhidos para este serviço permanente. Como os membros eram homens escolhidos para este serviço, logo no início a Ordem obteve um corpo selecionado de professores, muito superior ao de quaisquer outras escolas do tempo (Monroe, 1978, p.185).

A formação dos professores compunha-se de: formação moral, formação inelectual, formação literária, formação filosófica, formação teológica e formação pedagógica. Assim, segundo Leonel Franca (1952, p. 88),

num conceito justo e integral da missão educadora, a formação do mestre deve ser também inteira e completa, abraçando todos os aspectos da perfeição humana. Não é só pela sua inteligência culta e ilustrada, é pela sua personalidade toda que o educador modela no educando o homem perfeito de amanhã.

Essa citação ilustra bem a preocupação com uma formação ampla e completa, de modo, a instrumentalizar o mestre para o exercício eficaz de suas funções.

Assim, esperava-se que o professor, visando ao progresso de seus alunos, com o auxílio da graça divina seja diligente e assíduo no cumprimento de todos os seus deveres, zeloso do adiantamento dos alunos tanto

nas lições como nos outros exercícios escolares; não se mostre mais familiar com um aluno do que com outros; não despreze a ninguém; vele igualmente pelos estudos dos pobres e ricos; procure em particular o progresso de cada um dos seus alunos (Leonel Franca, 1952, p. 148).

No desempenho de suas atividades docentes os professores eram constantemente avaliados, e cabia ao Prefeito dos Estudos realizar a avaliação da prática pedagógica dos professores que ministravam aulas em seu colégio.

De quando em quando, ao menos uma vez por mês, assista às aulas dos professores; leia também, por vezes, os apontamentos dos alunos. Se observar ou ouvir de outrem alguma cousa que mereça advertência, uma vez averiguada, chame a atenção do professor com delicadeza e afabilidade, e, se for mister, leve tudo ao conhecimento do P. Reitor (Leonel Franca, 1952,140-141).

Essa metodologia de avaliação aplicada visava a, além da, averiguação do desempenho dos professores, fazer cumprir as regras impostas pelo *Ratio Studiorum*.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades propostas no *Ratio Studiorum* e desenvolvidas pelos padres, antes de serem olhados ou analisados como tradicionais, irrelevantes, precisam ser estudadas no contexto em que foram produzidas. Dessa perspectiva, a proposta pedagógica respondia às necessidades sociais à época, pois Portugal, enquanto país colonizador, necessitava levar a doutrina da fé católica para dominar os colonizados. Além disso, a Companhia de Jesus, a mais poderosa ordem religiosa criada no período moderno, tinha como objetivo expansionista a defesa dos interesses da Igreja que se encontrava em luta contra o novo – a ciência – tentando recuperar sua força e seu prestígio. Conseqüentemente buscava aumentar seus domínios e riquezas, e, para tal, era necessário disciplinar, evangelizar e converter os gentios às novas relações sociais e de trabalho da sociedade.

Uma das preocupações fundamentais do *Ratio Studiorum* relaciona-se à formação e a prática pedagógica dos professores. Para a Companhia de Jesus o papel do professor era de extrema importância para atingir os objetivos propostos, pois seria por intermédio deles que transformariam o gentio no homem idealizado, no homem civilizado. Portanto, preocupava-se muito em inculcar em seus religiosos o ideal de que o magistério deveria ser uma vocação.

Dessa forma, o *Ratio Studiorum* dedicava considerável atenção com a formação e atuação pedagógica do professor, razão pela qual encontram-se regras específicas para avaliação do trabalho docente.

Portanto, acredita-se que (re)visitar a proposta pedagógica jesuítica apresentada no *Ratio Studiorum*

constitui-se de fundamental importância, uma vez que nos faz refletir de um lado, sobre a importância inquestionável e fundamental do professor no processo de aprendizagem, e de outro, refletir e questionar as atuais políticas de formação de professores orientadas pelas políticas educacionais neoliberais que propõe uma formação docente aligeirada, simplista e fragmentada. ©

Alexandre Shigunov Neto, administrador formado pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Especialista em Economia Empresarial pela Universidade Estadual de Londrina. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (EGC) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Diretor de Pesquisa e Extensão da Faculdade Central de Cristalina (FACEC). Áreas de pesquisa: Docência e Pesquisa em Administração, Docência e Pesquisa em Turismo, Empreendedorismo, Formação de Professores, Gestão do Conhecimento. Publicou vários Livros.

Lizete Shizue Bomura Maciel, mestre e Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Preconceito e Exclusão (UEM). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação de Professores (UEM). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Publicou vários Livros.

Edis Mafra Lapolli, Professora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

NOTAS

1 Azevedo (1976), Almeida (1989) e Ribeiro (1998) também concordam com o historiador português Serafim Leite.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, José Ricardo Pires de. (2000). *Instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação*. 2. ed. São Paulo (Brasil): EDUC/INEP/MEC.
- Azevedo, Fernando de. (1976). *A transmissão da cultura*. In: *A cultura brasileira*. 5. ed. São Paulo (Brasil): Melhoramentos/INL.
- Cardim, Fernão. (1978). *Tratados da terra e da gente do Brasil*. 3. ed. São Paulo (Brasil): Companhia Editora Nacional/MEC.
- Holanda, Sérgio Buarque de. (1989). *História geral da civilização brasileira: a época colonial*. 8. ed. v. I., Rio de Janeiro (Brasil): Bertrand Brasil.
- Leite, Serafim. (1965). *Suma história da Companhia de Jesus no Brasil (assistência de Portugal) 1549-1760*. Lisboa (Portugal): Junta de Investigação Ultramar.
- Leonel Franca, S.J. (1952). *O método pedagógico dos jesuítas: o Ratio Studiorum*. Rio de Janeiro (Brasil): Agir Editora.
- Monroe, Paul. (1978). *História da educação*. 15. ed. São Paulo (Brasil): Editora Nacional.
- Neves, Fátima Maria. (1993). *Educação jesuítica no Brasil-colônia: a coerência da forma e do conteúdo*, 190 p. (Dissertação de Mestrado. Universidade Metodista de Piracicaba).
- Raymundo, Gislene Miotto Catolino. (1998). *Os princípios da modernidade nas práticas educativas dos jesuítas*, 143 p. (Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá).
- Ribeiro, Maria Luisa Santos. (1998). *História da educação brasileira: a organização escolar*. 15. ed. Campinas (Brasil): Autores Associados.
- Romanelli, Otaíza de Oliveira. (1993). *História da Educação no Brasil*. 15. ed. Petrópolis (Brasil): Vozes.
- Serrão, Joaquim Veríssimo. (1980). *História de Portugal*. Vol II. 3.ed. *A formação do Estado Moderno (1415-1495)*. Lisboa (Portugal): Editorial Verbo.
- Serrão, Joaquim Veríssimo. (1982). *História de Portugal*. Vol VI. *O despotismo iluminado (1750-1807)*. Lisboa (Portugal): Editorial Verbo.
- Teixeira Soares, Álvaro. (1961). *O Marquês de Pombal*. Brasília (Brasil): Editora da Universidade de Brasília.
- Vasconcelos, Simão de. (1977). *Crônica da Companhia de Jesus*. 3. ed. v.1 Petrópolis (Brasil): Vozes/INL/MEC.



¿Qué ejemplo para nuestros niños ofrecen estos “deportistas y propagandistas del whisky extranjero”?

Viene de la pág. 272

Hay que ser bien insensato para prestarse a estos manejos en contra de la niñez.

Me parece que la Institución que norma y dirige el deporte en Venezuela, debería tomar cartas en el asunto y no esperar a que persona vieja como yo, sin todos los elementos de juicio, ande criticando estas genuflexiones de nuestros jóvenes valores ante el capital del alcohol, lo que demuestra palmariamente lo expresado por la Contralora de la República en días pasados: HAY CORRUPTORES EN LA EMPRESA PRIVADA DE NUESTRO PAIS, a lo que modestamente le añadiría, que no sólo hay corruptores , sinó también gente malsana y maleada por sus valores antivenezolanos que hacen muchísimo daño, como en el caso señalado: A NUESTRA NIÑEZ QUE LOS AMA Y LOS TIENE COMO IDOLOS Y SUS EJEMPLOS A SEGUIR....Ojalá que nunca sigan el mal ejemplo que dan estos “jóvenes deportistas” de la VINOTINTO del fútbol.

Por último creo firmemente que ésto debería haberse normado por el Ministerio del Poder Popular para el Deporte. Realmente me resulta inverosímil lo que sucede y la poca respuesta del Estado. Es preferible que si estos “deportistas” van a continuar mercantilmente ofreciendo que se consuman bebidas dañinas, entonces que representen a estos whiskys , o bebidas para adelgaza, y no a nuestro país....BASTA YA DE TANTA BLANDENGUERIA QUE TANTO DAÑO HACE A NUESTRA JUVENTUD Y NUESTRA NIÑEZ..¿COMO NO SE DE MUCHAS COSAS EN LA VIDA.... ESTO NO VIOLA LA LOPNA ? .

Continua pág. 291